

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001232-76.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Donavan Daniel dos Santos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello****VISTOS**

**DONAVAN DANIEL DOS SANTOS** (R. G. 47.926.232) e **DANILO RODRIGO VALENTIM** (R. G. 48.757.277), ambos com dados qualificativos nos autos, foram denunciados como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I e II, c. c. o artigo 29, ambos do Código Penal, porque no dia 25 de janeiro de 2015, por volta das 18:10, na Padaria Bella Mamma, situada na rua Viriato Fernandes Nunes, nº 106, bairro Santa Felícia, nesta cidade, unidos pelo mesmo liame subjetivo, mediante grave ameaça exercida com um revólver, subtraíram para eles a importância em dinheiro de R\$ 658,000, pertencente ao dono do estabelecimento, Daniel Jules Boni.

Recebida a denúncia, o mesmo despacho decretou a prisão preventiva dos réus (fls. 61/62), que já estavam presos temporariamente (autos em apenso). Feita a citação (fls. 85), os réus responderam a acusação (fls. 95/99 e 107/108). Na instrução foram ouvidas as vítimas (fls. 126 e 128), duas testemunhas de acusação (fls. 127 e 129) e duas de defesa (fls. 130 e 131). Os réus foram interrogados (fls. 132 e 133). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 135/137). Os defensores pugnaram pela absolvição dos réus negando a autoria e afirmando a insuficiência de provas (fls. 140/149 e 151/159).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****É o relatório.****D E C I D O.**

O roubo aconteceu em uma padaria, onde dois indivíduos, um deles com revólver, com os rostos parcialmente encobertos, renderam a funcionária, que foi obrigada a entregar o dinheiro que havia no caixa e depois fugiram.

A autoria foi esclarecida porque os ladrões usaram um veículo Palio com alguns detalhes – frente danificada e um adesivo no vidro traseiro – informação trazida por uma testemunha que chegou a indicar o local onde estava o carro, situação que também foi captada por filmagem de uma residência próxima, sendo esta circunstância apontada para os policiais que atenderam a ocorrência (fls. 128). Depois outros policiais, com conhecimento da ocorrência do roubo e dos detalhes do veículo usado, viram em uma rua um carro estacionado com as mesmas características e chegaram até o seu proprietário, que é o réu Danilo Rodrigo Valentim. Este acabou por confessar aos policiais a sua participação no roubo e indicou o comparsa, o réu Donavan Daniel dos Santos, que morava nas imediações, o qual foi procurado e também confessou a prática do delito, sendo ambos levados à Delegacia de Polícia onde foram reconhecidos pela vítima (fls. 127 e 129).

De fato a vítima, na Delegacia, quando ouvida, fez o reconhecimento dos réus (fls. 14/15).

Os réus, sendo interrogados pela autoridade policial, confessaram a autoria do roubo (fls. 18 e 19).

Em Juízo a vítima voltou a reconhecer os réus, demonstrando certeza e firmeza nesse apontamento e até esclarecendo as dúvidas que foram levantadas pela defesa dos réus (fls. 126).

A crítica que os defensores fazem quanto à forma do reconhecimento feito no inquérito, pelo fato de não ter sido colocadas outras pessoas com os acusados, não invalida o ato e principalmente o resultado


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da prova, pois, como dispõe a lei, a pessoa a ser reconhecida será colocada ao lado de outras quando “possível”, tratando-se de uma recomendação e não de uma exigência. Nesse sentido: Tacrim/SP, ac. 281.903, 8ª Câmara, rel. Canguçu de Almeida; ac. 810.409, RJTACrim 19/67 e 69.

**Também: “Não perde a eficácia, como elemento de convicção, o reconhecimento pessoal do indiciado no inquérito policial, embora não seja ele colocado ao lado de outras pessoas que com ele tiveram qualquer semelhança. Essa formalidade constitui mera recomendação, uma vez que o inc. II do art. 226 do CPP prescreve que será observada “se possível”” (TJSP, rel. Bittencourt Rodrigue, j. 8/4/97, RT 744/560).**

E em Juízo a vítima reafirmou o reconhecimento feito no inquérito, atestando, com firmeza e certeza, que os réus foram os autores do roubo, esclarecendo que não teve dificuldade em reconhecê-los pelo fato de estarem com os rostos parcialmente encobertos, pois a parte mostrada, do nariz para cima, foi suficiente para identifica-los, explicando: *“a cobertura era do nariz para baixo e toda a parte superior da cabeça estava livre”*. A vítima informou ainda que fez o reconhecimento dos réus *“porque realmente eram eles e não pelo fato de ter sido informada que eles já tinham confessado”* (fls. 126 verso).

Não é possível que a vítima esteja mentindo. Ninguém, em sã consciência, tem coragem de afirmação dessa natureza e gravidade sem a indispensável certeza. Jamais incriminaria gratuitamente os réus, pessoas que sequer conhecia, imputando-lhes falsamente a autoria do roubo, não fossem eles os autores.

Nada compromete a certeza da vítima, tampouco a alegação de que poderia ter sido induzida pelos policiais a fazer o reconhecimento. Como já mencionado, ela foi bastante firme ao afastar tal colocação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não é demais apontar que a jurisprudência hoje dominante é no sentido de aceitar como única prova de autoria o reconhecimento feito pela vítima, a saber:

**“A palavra da vítima de crime de roubo é, talvez, a mais valiosa peça de convicção judicial. Esteve em contato frontal com o agente e, ao se dispor a reconhecê-lo, ostenta condição qualificada a contribuir com o juízo da realização do justo concreto”** (Extinto TACrim/SP, apelação criminal nº 1.036.841-3 – Rel. Des. Renato Nalini).

**“Em sede de crimes patrimoniais, especialmente aqueles cometidos na clandestinidade, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, o entendimento que segue prevalecendo, sem qualquer razão para retificações, é no sentido de que, na identificação do autor, a palavra da vítima é de fundamental importância”** (JUTACRIM 91/407 E 86/433).

**“A palavra da vítima, quando se trata de demonstrar a ocorrência de subtração e do reconhecimento da autoria em um roubo, é de suma valia. Ela é a pessoa que possui contato direto com o roubador ou com os roubadores. Se o delito é praticado na presença de outras pessoas, os depoimentos destas são importantes para rebustecer as declarações da vítima. Se o delito é praticado sem que outra pessoa o presencie, a palavra da vítima é que prepondera. A ponderação resulta no ato de que uma pessoa nunca irá acusar desconhecidos da prática de uma subtração, quando esta inocorreu. Não se pode argumentar de acusação motivada por vingança ou qualquer outro motivo, quando os envolvidos não mantêm qualquer vínculo de amizade ou inimizade, quando são desconhecidos entre si”** (Rel. Almeida Braga, JUTACRIM 100/250).

Por outro lado, existem nos autos as informações dos policiais de que os réus, quando abordados, confessaram a prática do delito (fls. 127 e 129). E essa confissão também foi prestada ao Delegado de Polícia, que a registrou no termo dos interrogatórios (fls. 18 e 19).

Em juízo os réus se retrataram. Danilo admitiu ter feito a confissão aos policiais porque foi agredido por eles e que confessou para o delegado *“por medo de apanhar”* (fls. 132 v.). Já Donavan



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

negou ter confessado, afirmando que assinou o interrogatório prestado na polícia *“porque apanhou na delegacia dos policiais”* (fls. 133 v.).

É exigir muito do julgador que o faça acreditar que Donavan fora agredido dentro da delegacia por policiais militares. Nenhuma lesão foi constatada (fls. 90), não sendo crível que o Delegado de Polícia fosse pactuar com tal despropósito.

As lesões constatada em Danilo e mostrada no laudo de fls. 88 – escoriação de 1 cm e outra ainda menor – não servem para demonstrar *“evidência incontestável da tortura praticada contra o Réu Danilo”* como afirma seu defensor (fls. 142).

Se este réu sofreu alguma espécie de coação por parte dos policiais militares para confessar, não havia razão para reafirmar a confissão perante o Delegado de Polícia, ao qual poderia se retratar e ainda denunciar o constrangimento sofrido.

A demora havia na apresentação dos presos foi justificada pelos policiais em seus depoimentos, explicando que tinham detido antes um fugitivo e tiveram que percorrer vários distritos (fls. 127 e 129).

Assim, a retratação feita pelos réus em Juízo não pode ser aceita.

O depoimento prestado por Jheniffer Moreira dos Santos (fls. 130), namorada de Danilo, deve ser desacolhido, por lhe faltar a fé característica do testemunho isento de parcialidade. Tudo o que ela conta, especialmente na parte onde afirma que o acusado estava em sua companhia quando o roubo aconteceu, foi com o deliberado propósito de inocentar o réu, sem compromisso com a verdade.

Também o testemunho de Cesar Elias Olegário (fls. 131), concunhado de Danilo, não se mostra suficientemente idôneo para atestar a impossibilidade do mesmo ter cometido o roubo, pois existe a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

possibilidade deste réu ter praticado o delito após a ajuda que a testemunha prestou ao mesmo e antes de ele e a mulher terem ido para a casa do depoente onde pernотaram, já que o horário desta chegada não é preciso.

Tenho, pois, como demonstrada a autoria e desacreditar na sólida palavra da vítima, sem a indicação de motivo plausível, é menosprezar esta importante prova.

Comprovadas as causas de aumento de pena em razão do concurso de agentes e emprego de arma.

Impõe-se, pois, a condenação, tal como formulada na denúncia.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena aos réus. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, sendo Danilo primário e Donavan, apesar de possuir antecedente (fls. 118) é tecnicamente primário, bem como que as consequências não foram graves posto que de pouco valor e prejuízo, delibero estabelecer a pena-base de cada um no mínimo, ou seja, em quatro anos de reclusão e 10 dias-multa. Sem modificação na segunda fase por inexistir circunstância agravante e tampouco atenuante. Por último, na terceira fase, acrescento 1/3 em razão das causas de aumento decorrentes do concurso de agentes e emprego de arma, tornando definitiva a pena resultante.

Condeno, pois, **DONAVAN DANIEL DOS SANTOS e DANILO RODRIGO VALENTIM** à pena de **cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão e 13 dias-multa, no valor mínimo**, por terem infringido o artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Iniciarão o cumprimento da pena no **regime fechado**. A despeito da primariedade, o roubo revela frieza e audácia do agente, além de causar sofrimento e abalo psicológico à vítima, justificando a imposição do regime mais severo para o início do cumprimento da sanção.




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O Supremo Tribunal Federal, através de sua Primeira Turma, já decidiu nesse sentido, a saber: "**Mesmo tratando-se de réu primário, condenado a pena inferior a quatro (4) anos de reclusão, nada impede - especialmente nos casos de assalto à mão armada - que o juízo sentenciante fixe o regime prisional fechado para efeito de início de cumprimento da sanção penal imposta ao condenado, desde que essa determinação conste de ato decisório plenamente motivado. Precedentes**" (rel. min. Celso de Mello - RTJ 167/558).

No mesmo sentido existem outros julgamentos do Egrégio Supremo Tribunal Federal e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: HC nº 75.856-0 - min. Ilmar Galvão - DJU 30-4-98, p. 8-9; RTJ 154/103 - min. Celso de Mello; HC nº 77.120-1 - STF - Primeira Turma - min. Sydney Sanches - DJU 28-5-99, p. 5; HC nº 8.535 - STJ - Quinta Turma - min. Gilson Dipp - DJU 17-5-99, p. 221; HC nº 8.438, STJ - Sexta Turma - min. Vicente Leal - DJU 17-5-99, p. 242, etc.

Mantenho a prisão preventiva decretada. Como permaneceram presos durante a tramitação do processo, assim devem continuar, especialmente agora que estão condenados, não podendo recorrer em liberdade.

Recomendem-se os réus na prisão em que se encontram.

Estando presos e sendo pessoas de pouco recurso, um deles ainda beneficiário da assistência judiciária gratuita, deixo de determinar o recolhimento da taxa judiciária.

Destrua-se o objeto apreendido e encaminhado a fls. 124.

P. R. I. C.

São Carlos, 06 de maio de 2015.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**

**JUIZ DE DIREITO**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA